

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios

Fred Igor Santiago Ferreira¹

Resumo: A investigação perpetrada no presente artigo, parte da hipótese que, na primeira década do século XXI, o MST vem minimamente acrescentando o debate racial em sua agenda de lutas, devido, sobretudo, à força que o debate pautado pelo movimento negro brasileiro ganhou no cenário nacional e internacional (CARNEIRO, 2002). Além de uma conjuntura política interna, que é a nova proposta sociocultural do MST, que passa a ir além da luta por uma reforma agrária, e adota em sua agenda política a luta por direitos igualitários, justiça social e o fim das discriminações, como apontam algumas pesquisas que assinalam que contemporaneamente o Movimento. Um trabalho realizado a partir do arrolamento bibliográfico, de pesquisas que se debruçaram sobre a questão racial dentro do MST, além de trazer um debate panorâmico, sobre a visão das organizações de esquerda perante a questão racial e os movimentos sociais negros.

Palavras-chave: Raça; Racismo; Questão Racial; Movimento Negro; MST; Sem-Terra.

1- INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a questão agrária no Brasil e os movimentos contemporâneos de luta pela terra possuem uma vasta bibliografia nos mais variados campos das ciências humanas (MARTINS, 1995; PRADO, 1987; STÉDILE & GORGEN; 1993). Entretanto, tais pesquisas, desde as suas origens em meados da década de 80, se voltaram quase que exclusivamente para as relações de classe existentes no campo e na formação/constituição

¹ Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: fredigorsantiago@yahoo.com.br

dos movimentos de luta pela terra, desconsiderando a multiplicidade de relações estabelecidas entre os sujeitos que compõem os movimentos, como por exemplo, as relações raciais.

Nesse mesmo período de tempo, o discurso anti-racista foi disseminado, através do debate promovido por diversos movimentos sociais de ordem étnico-racial, nos vários setores da sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 90, com as discussões sobre a necessidade de políticas compensatórias e afirmativas, para a população negra, tal discurso proliferado, sobretudo, no âmbito dos movimentos sociais urbanos, ganha espaço também nos movimentos sociais rurais.

É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra² (MST), que passa a se sensibilizar com as desigualdades étnico-raciais da sociedade brasileira, acrescentando a seu léxico discursivo e agenda política, discussões que pretendem problematizar a paisagem racial brasileira, sem deixar de lado o conceito de classe, orgânico ao Movimento. Nesse sentido, o MST

(...) procura nestes primeiros anos, do século XXI, fazer uma leitura política da realidade étnico-racial em seu interior, mesmo não abandonando as clássicas leituras que dicotomizam classe e raça, no Brasil. Eles estão superando os velhos jargões classistas a fim de dar um passo à frente em sua organização, juntando três categorias analíticas (classe, raça e gênero)... como partes simultâneas na luta política e econômica no Brasil e da disputa por projetos hegemônicos para o país (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.147).

Os estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram elaborados no bojo das investigações sobre questão agrária no Brasil (MARTINS, 1986), no qual o surgimento do Movimento era tido como uma resposta histórica das classes subalternas à concentração de terras no país (STEDILE & FERNANDES, 1999). Contudo, nos anos iniciais do século XXI, as pesquisas focadas na esfera agrária, muitas vezes com aportes materialista e economicista, deram lugar a novas abordagens, métodos e categorias conceituais, que vem sendo utilizados, para investigar a multiplicidade de relações estabelecidas pelo movimento social e sujeitos sociais que o compõe.

² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge oficialmente em 1984, com a realização de seu primeiro encontro nacional em Cascavel-PR, com a proposta de articular a luta pela terra dos trabalhadores/as rurais a nível nacional. Surge na conjuntura política da retomada da luta pela democracia no Brasil e a formação de outros movimentos sociais populares que se espalhavam pelo território nacional, no início dos anos 80.

Nesse contexto, temas como a dimensão pedagógico-sociocultural do Movimento (CALDART, 2004), o seu caráter socioterritorial (FERNANDES, 1996), a produção de uma história e memória própria (BORGES, 2010), as relações/representações de gênero assimétricas, entre homens e mulheres no interior do Movimento (RUA; ABRAMOVAY 2000; GONÇALVES, 2009; FURLIN, 2009) e mais recentemente, discussões sobre a questão racial/ relações raciais (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007; SOUZA, 2009) são exemplos das novas abordagens, temáticas e conceitos, utilizados nos estudos contemporâneos, sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A investigação perpetrada no presente artigo, parte da hipótese que, na primeira década do século XXI, o MST vem minimamente acrescentando o debate racial em sua agenda de lutas, devido, sobretudo, à força que o debate pautado pelo movimento negro brasileiro ganhou no cenário nacional e internacional (CARNEIRO, 2002). Além de uma conjuntura política interna, que é a nova proposta sociocultural do MST, que passa a ir além da luta por uma reforma agrária, e adota em sua agenda política a luta por direitos igualitários, justiça social e o fim das discriminações, como apontam algumas pesquisas que assinalam que contemporaneamente o Movimento,

[...] busca permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero (MORISSAWA, 2001, p. 168).

E como também sinaliza o próprio movimento, ao compreender que o racismo é uma das desigualdades fundantes da sociedade brasileira, imerso no bojo das relações sociais, inclusive no próprio Movimento. Nesse sentido é necessária uma discussão referente à questão racial, tendo em vista o combate a tais práticas discriminatórias, dentro e fora do Movimento, dessa forma sua nova

[...] proposta política, cultural e educacional desse movimento que se articula, no momento contemporâneo, como um movimento de vanguarda na sociedade brasileira, e que tem ciência de que a sua organização social, como diversas neste país, pode ter resquícios ou germes estruturados do racismo (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.147).

Dessa forma, é necessário pontuar algumas questões referentes ao enfoque de análise do presente artigo, sobretudo, especificar o foco desta proposta de reflexão

bibliográfica. Não se trata propriamente do estudo da questão agrária no Brasil, mas sim, um trabalho que pretende realizar um arrolamento bibliográfico, de pesquisas que se debruçaram sobre a questão racial dentro do MST, além de trazer um debate panorâmico, sobre a visão das organizações de esquerda perante a questão racial e os movimentos sociais negros.

Para tal feito, dividiremos o presente artigo em duas sessões. Na primeira, trataremos da postura da esquerda brasileira (e internacional) perante as questões raciais, apontando o parecer de intelectuais/militantes sobre a polêmica relação/conflito entre as entidades do movimento social negro e as organizações da esquerda tradicional. Em um segundo momento, realizaremos um levantamento bibliográfico, das recentes pesquisas que se debruçam sobre a questão racial, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, refletindo sobre o porquê (s) da inserção do debate racial, dentro de uma organização que tem como baluarte ideológico/metodológico a tradição da esquerda marxista.

2- A ESQUERDA MARXISTA E A QUESTÃO RACIAL

A intitulada esquerda brasileira tem como baluartes primordiais duas vertentes político-ideológicas principais, o marxismo-leninismo e o trotskismo. Essa esquerda marxista, desde o processo de construção/fundação dos primeiros PCS (Partidos Comunistas) a partir de 1922, tem serias dificuldades em politizar as questões raciais no interior da classe trabalhadora brasileira (IANNI; DA SILVA; SANTOS; ALBERTO SANTOS, 2005).

A principal linha de pensamento dessa esquerda tradicional, em sua perspectiva de transformação social classista, é que a superação da sociedade capitalista, vai consequentemente por fim ao racismo, ou seja, entende que as discriminações raciais que são submetidas à população negra no Brasil, tem como sustentáculo fundamental, a condição desigual material que vive boa parte dessa parcela da sociedade.

Tal postura perante a questão racial gera uma série de alterações, umas defendem que dentro do pensamento marxista, a luta pelo fim das discriminações raciais devam ser consideradas centrais, tendo em vista a realidade racial do Brasil, e outras vertentes, que afirmam que a posição da esquerda marxista perante as relações raciais, são secundarizadas

e demagógicas. Nesse sentido, na presente sessão do nosso artigo, arrolaremos uma série de pensamentos que orbitam em torno desse polemico debate político-ideológico, que gera um campo de tensão entre a esquerda marxista e o movimento social negro.

2.1- O marxismo como estratégia na luta anti-racista

O pesquisador e intelectual de/da esquerda marxista Octavio Ianni, faz uma autocrítica dos partidos políticos de esquerda, ao pontuar que os mesmos têm serias dificuldades em lidar com a questão racial, dificuldade essa, que para o autor deve ser sumariamente superada, pois indica que a ideologia racial do branco dominante, esta presente também nos organismos políticos da esquerda (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005).

Nesse sentido, o autor defende que o a esquerda tem que agrupar suas forças político-ideológicas em uma perspectiva que agregue a raça e a classe, de forma que, tal postura seria mais condizente com a realidade histórica da montagem do sistema capitalista nas Américas, que é organicamente conectado, com a construção ideológico-material do sistema de discriminações raciais.

Para tal feito, Ianni (2005) pontua que o Movimento social negro, tem um papel fundamental em um processo que ele chama de "reeducação" da esquerda brasileira, procedimento esse, que consiste em uma articulação entre os movimentos sociais negros, junto com os movimentos de esquerda, para que ambos compreendam que suas pautas se complementam e são de salutar importância para o fortalecimento mútuo das lutas sociais no Brasil (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005). Ainda segundo o autor, a esquerda tem que superar as noções "vulgares" de classes sociais e compreender que,

Não há por que ter medo da questão de raça e classe. Isso mesmo. Não há saída. A classe não é uma categoria rígida, fechada, restrita a definição que um certo partido fez, como se ela esgotasse todas as realidades. Classe é um complexo de significados. A condição básica da classe é a inserção dos indivíduos, das coletividades no processo de trabalho. E é claro que aí entram negros e brancos (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005, p.48).

O também intelectual marxista Florestan Fernandes, em seu artigo *Luta de raças e de classes* (1988), defende que as categorias raça e classe, diferentemente das concepções tradicionais marxistas e de posicionamentos "isolacionistas" do movimento social negro,

não são antagônicas, mas sim, se complementam reciprocamente na realidade histórica brasileira (FERNANDES, 1989). Para o autor, tanto o movimento negro, quanto a esquerda marxista, tem que construir uma estratégia baseada no que chama de “unidade no diverso”, ou seja, articulando as categorias mais caras a cada movimento (Raça e Classe), que juntas, teriam um potencial explosivo no processo político revolucionário. Nesse contexto, para Fernandes,

(...) a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital e o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global. (FERNANDES, 1989, p.63).

Nessa conjuntura intelectual, o filósofo trotskista Alex Callinicos, em seu livro *Capitalismo e Racismo* (1993), realiza um estudo que busca traçar a umbilical relação entre a montagem do sistema capitalista e o racismo. Para o autor o racismo não é um fenômeno social intrínseco aos seres humanos, muito menos tem suas origens multimilenares, para Callinicos, o racismo da forma que conhecemos na atualidade, foi gerado pelo/no sistema capitalista entre os séculos XVII e XVIII.

Nesse sentido, o autor defende que uma efetiva luta anti-racista, deve estar vinculada ao processo de luta de classes, de forma que, o combate contra as discriminações raciais, não deve se diluir no processo de derrocada do capitalismo, mas sim, ser uma frente de batalha dos movimentos sociais como um todo, rumo a revolução socialista. Nesse contexto, o questionamento central de sua obra é: “Pode a tradição marxista clássica de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, proporcionar uma análise do racismo capaz de oferecer a base estratégica efetiva para libertação negra?” (CALLINICOS, 1993, p.7/8). Para elucidar seu questionamento central, Callinicos faz uma análise de algumas posturas políticos-intelectuais do movimento social negro perante o marxismo, sobretudo, de uma vertente que intitula de nacionalistas negros³.

Conforme Callinicos, os intelectuais/militantes nacionalistas negros tendem a olhar o marxismo como uma forma de conhecimento tão eurocêntrico, que é incapaz de identificar e traçar estratégias reais de emancipação da população negra. Ou seja, para os nacionalistas negros, o marxismo ocidental não é somente europeu, mas um corpo de

³ Alguns Nacionalistas Negros são: WEB Du Bois, CLR James, Richard Wright, Cedric Robinson.

ideias político-intelectuais, epistemologicamente enraizadas nas formas de pensar, fazer e construir política da população branca, dessa forma, para os nacionalistas negros o marxismo é um modelo político-ideológico de supremacismo branco, tão qual o capitalismo (CALLINICOS, 1993).

O autor discorda veementemente dessa postura, que para o mesmo, muitas vezes é mítica, anti-estratégica e uma atitude que divide a classe trabalhadora (negra e branca) no processo de derrocada do capitalismo e conseqüentemente do racismo. Para Callinicos, a análise/luta contra o racismo, tem que ter como ponto de partida a classe, tendo em vista que, as discriminações raciais sustentam a opressão de classe, dessa forma, o racismo só pode ser vencido por uma classe trabalhadora unida. Nesse sentido, o autor chega a seguintes conclusões em suas análises,

Podemos tirar duas conclusões políticas muito importantes dessa análise. A primeira é que o racismo atua contra os interesses de todos os trabalhadores, tanto brancos quanto negros. Uma classe trabalhadora dividida prejudica mesmo aqueles trabalhadores que não são vítimas diretas do racismo. Assim um elemento central de qualquer estratégia anti-racista deve ser a conquista dos trabalhadores brancos para que identifiquem os seus interesses com os trabalhadores negros, vítimas da opressão racial. Os nacionalistas negros estão equivocados, portanto, quando consideram que os trabalhadores brancos são irremediavelmente racistas. Em segundo lugar, a meta da luta anti-racista deve ser a libertação dos oprimidos como parte de uma batalha mais ampla contra o próprio capitalismo. O racismo surgiu e cresceu com o capitalismo e ajuda a sustentá-lo. A sua abolição depende, portanto, de uma revolução socialista que rompa as estruturas materiais as quais estão vinculadas (CALLINICOS, 1993, p.8).

Vislumbramos anteriormente, as reflexões de alguns militantes/intelectuais, que postulam sobre uma articulação entre as demandas dos movimentos sociais negros e a esquerda tradicional marxista. Posicionamentos esses, que orbitam entre a potencialidade da binaridade raça e classe, a uma perspectiva que olha a categoria raça, englobada nas relações sociais de produção do sistema capitalista. Nesse sentido, na próxima sessão, alistaremos os posicionamentos de intelectuais/militantes negros, que são radicalmente reticentes, perante a atitude da esquerda marxista, diante do debate racial e uma possível estratégia de mobilização conjunta com o movimento social negro.

2.2- A esquerda marxista como teoria política do supremacismo branco⁴

O Pesquisador e militante do movimento social negro, Abdias do Nascimento, em sua obra *O quilombismo* (2002), discorre sobre a relação entre a esquerda marxista e a questão racial. Para o autor, de forma geral as organizações da esquerda marxista têm colaborado ativamente ou por omissão do "(...) Processo de liquidação da raça negra, que vem desde 1500 ate os nossos dias" (NASCIMENTO, 2002, p.180).

Segundo Nascimento, as organizações negras têm que extirpar de seu léxico-político e pratica de luta anti-racista, todo ou qualquer referencia político-i ideológica da esquerda marxista, pois, analisar/solucionar os problemas da população negra através do prisma marxista, seria uma postura política no mínimo errônea para as organizações negras. Para Nascimento,

Adotar a análise marxista aos nossos problemas significa uma contradição fatal: nós os negros – africanos fomos as vitimas do processo capitalista e fomos novamente as vitimas daqueles que supostamente combatem capitalismo na área industrializada do euro – norte – americanismo (NASCIMENTO, 2002, p. 181).

E se aprofunda mais em sua avaliação, ao fazer uma reflexão sobre o contexto histórico-social, no qual mentor Maximo do marxismo escreveu e das benesses da classe trabalhadora europeia do século XIX, perante a histórica exploração de africanos e seus descendentes,

A análise de Marx foi induzida da realidade sócio- econômica da Inglaterra, nos primórdios da industrialização capitalista, quando os africanos estavam sendo caçados como feras em seu continente e trazidos para as plantações de algodão da Louisiana e do Maranhão, ou os canaviais de Cuba, da Bahia, ou da Jamaica. E quando os operários europeus, independentemente da contradição de classes, tinham seus padrões de vida elevados a medida que a exploração industrial – capitalista se expandia as custas da escravização, opressão e destituição dos africanos (NASCIMENTO, 2002, p.181).

O autor vai além e relata, que postura da esquerda marxista do século XIX, diante a "desgraça da comunidade negra" (NASCIMENTO, 2002) não é uma posição isolada. Nascimento afirma que no Brasil, diversas vezes os trabalhadores/as negros foram preteridos,

⁴ Para Abdias do Nascimento, o Supremacismo Branco são as perspectivas histórica, pontos de vistas, corpo de ideias, padrões epistemológicos e estéticos, que orienta hegemonicamente a sociedade ocidental pré e capitalista, inclusive, umbilicalmente ligada as filosofias políticas da esquerda Marxista (2002).

em razão dos privilégios raciais dos operários brancos. Segundo o autor, nas décadas de 1940 e 1950, quando era evidente que a indústria repelia como norma, a mão – de – obra negra, além de pagar salários totalmente dispares para trabalhadores negros e brancos, não houve indicio de algum tipo de solidariedade proletariada dos trabalhadores brancos para com os operários negros discriminados sistematicamente nas fabricas. Para reiterar sua argumentação, o autor faz uma dura critica ao bordão histórico da esquerda marxista, “trabalhadores do mundo uni-vos”, para tanto, destrincha um trecho do intelectual James Boggs que diz,

Quem vai Unir-se? Com quem? A subclasse da África, Ásia e América Latina que edificaram as nações colonizadas, ex- colonizadas, semicolonizadas? Ou os trabalhadores da Europa e America (Estados Unidos) altamente desenvolvidas, cuja melhoria de condição e alto padrão de vida só foi possível pela exploração colonial da subclasse do mundo? (BOGGS, 1968, p.108 Apud NASCIMENTO, 2002, p. 182).

Entretanto, apesar das viscerais criticas a esquerda marxista, Abdias do Nascimento reconhece em sua obra, que há instituições marxistas que respeitam/entendem a experiência história de luta da população negra, ou seja, para Nascimento, a postura refrataria das organizações da esquerda, diante a questão racial, podem ser revisadas, através da constante postura critica de militantes/intelectuais negros no interior dessas organizações. Essa, no entanto, não é a postura do etnólogo Carlos Moore.

O etnólogo e cientista político cubano Carlos Moore, em seu ensaio, *O Marxismo e a questão racial* (2010), traça um polemica critica a esquerda marxista, no que tange a forma que a mesma lida com a questão racial. Publicado originalmente em 1972 nos Estados Unidos, a obra de Carlos Moore é um escrito que gerou/gera extrema controvérsia, entre militantes/intelectuais negros, militantes/intelectuais marxistas (negros e brancos) devido, sobretudo, a radical crítica intelectual, que faz aos cânones da esquerda marxista: Marx e Engels.

Em seu trabalho, defende de forma categórica, que a esquerda marxista não possui apenas uma dificuldade trivial sobre a questão racial, para o autor, o marxismo possui, “(...) Uma impossibilidade estrutural, fundamentada na orientação cultural eurocêntrica do marxismo como ideologia, e na negação da ontológica que os próprios fundadores fizeram dos povos de raça negra como tais” (MOORE, 2010, p.31).

Moore, através de um magistral estudo de cartas, ensaios, artigos e textos em filosofia política de Marx e Engels, mostra que a ideia de solidariedade internacionalista do

proletariado, não passa de mera retórica universalista, na verdade, a solidariedade internacional propalada por Marx e Engels, era voltada única e exclusivamente para os trabalhadores/as brancos/as.

O autor traça um visceral debate epistemológico, sobre as bases filosóficas culturais do marxismo, mostrando que a crítica política da esquerda marxista diante do sistema capitalista, não incorpora as populações não brancas, além de mostrar que o marxismo, esta tão intrinsecamente enraizado em uma ideologia-cultural eurocêntrica branca, que a inclusão da questão racial por algumas organizações da esquerda, não passa de uma tentativa de manter a hegemonia política da classe trabalhadora branca (ou Proletariana), na direção/comando do processo revolucionário mundial. Nas palavras de Moore,

Toda filosofia "universalista" elaborada pelo Ocidente tem como base a história a Europa, a evolução socioeconômica de seus povos e as instituições culturais e políticas que eles criaram. O marxismo-leninismo não é exceção; usando o Ocidente como seu único parâmetro, mede o resto do mundo e o descobre deficiente. Sociedades não ocidentais, em geral, (e sociedades negras em particular) estão dispensadas das análises de Karl Marx e Friedrich Engels e o que antes era estritamente europeu e temporal torna-se agora "universal" e "definitivo". Desse modo, devemos levantar sérias questões quanto à genuína "universalidade" de suas conclusões, uma vez que três quartos da humanidade evoluíram se desenvolveram e vivem atualmente fora do Ocidente (MOORE, 2010, p.59).

Desse modo, Moore argumenta que é inegável a contribuição Marx e Engels, para o pleno entendimento das engrenagens internas do capitalismo do século XIX, além de serem os baluartes de uma filosofia-política que se propõe a construir um modelo civilizacional diferente do engendrado pelo sistema capitalista. Entretanto, para o etnólogo, é necessária uma avaliação/contextualização, da conjuntura histórico-intelectual da época em que Marx e Engels viveram/escreveram um período que as perspectivas intelectuais-ideológicas do racismo⁵ eram hegemônica nas universidades e em certa medida, na mentalidade dos sujeitos sociais, inclusive, dos patronos da esquerda marxista.

Nesse contexto, ao findar sua obra, Moore explica que as reflexões político-filosóficas de Marx e Engels, foram condicionadas pelo fato de serem ocidentais brancos e homens livres no século XIX, dessa forma, as ponderações pretensamente universalista de

⁵ Segundo as teorias racialistas do século XIX, as "raças" definiriam padrões psicológicos, morais, culturais, intelectuais e civilizacionais das populações de todo mundo, e, sobretudo, estabelecendo hierarquias e legitimando a dominação físico-militar de um povo sobre o outro. Nesse sentido, no século XIX, até metade do século XX, não se havia dúvidas no mundo ocidental de que havia subdivisões entre a espécie humana.

seus escritos têm que ser sistematicamente reavaliadas, tendo em vista que surgiram em um contexto socioeconômico, cultural e racial estritamente europeu-branco. Apesar de inegável destreza acadêmica na construção de seu ensaio, Moore recebeu duras críticas na década de 1970 (e nos anos que seguiram), por parte da esquerda marxista em geral, inclusive, acusando-o de agente intelectual a serviço do capital, ao “desmoralizar” o marxismo.

Desse modo, rebatendo as engodadas críticas ao intelectual afro-cubano Carlos Moore, na edição traduzida para o Brasil (2010) é disponibilizado um fragmento de um relatório publicado em Cuba, autorizado pelo então presidente Raul Castro, intitulado *de Desafios de La problemática racial em Cuba*.

Este documento, mostra pela primeira vez a comunidade internacional, o resultado de pesquisas de cunho étnico-racial realizadas nos últimos 25 anos, tais resultados, fortalecem os argumentos centrais de Moore, tendo em vista que a revolução cubana foi/é um exemplo para a esquerda marxista, de um processo revolucionário que abarcou as comunidades não-brancas. Todavia, o relatório demonstra outra realidade que é,

68% s brancos cubanos rejeitam categoricamente o casamento inter-racial;

58% dos brancos, em 1995, consideravam que os negros eram menos inteligentes que os brancos;

65% dos brancos, em 1995, acreditavam que os negros não têm os mesmos valores decência que os brancos.

Em 1995, 66% da população negra ativa se encontrava desempregada, comparativamente a população branca que usufrui de plenos empregos (65,8%);

Em todos os níveis e instancias de poder, desde a chefia de empresas até a direção do Estado, do Governo, Parlamento e Partido Comunista, os dirigentes cubanos são majoritariamente brancos cubanos (71%), assim como os quadros técnicos e cientistas (72,7%) (MOORE, 2010, p. 54).

3.0- A QUESTÃO RACIAL NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Na presente sessão, faremos um breve arrolamento bibliográfico, de pesquisas acadêmicas, que se debruçaram sobre o complexo universo das relações raciais, dentro de um movimento de luta pela terra de base ideológica marxista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dessa forma, apontaremos como na primeira década do

século XXI, o MST vem agregando (ou não) em seu processo de luta política, a questão racial.

No levantamento, quando buscávamos bibliografia sobre o tema, na grande maioria das vezes encontrávamos trabalhos que discutiam as relações étnico-raciais no campo, abarcando quase que exclusivamente as comunidades remanescentes de quilombolas, pouco encontrando, sobre a participação da população negra, como sujeitos de movimentos sociais contemporâneos de luta pela terra, ou sobre discussões sobre a questão racial no MST (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007).

Nesse sentindo, com as dificuldades já apresentadas, encontramos dois trabalhos que se propõe a discutir a questão racial no MST. Primeiramente a tese de doutorado de Simone Maria de Souza, *MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras*. A outra pesquisa, *A terra e os desterrados: o negro em movimento-um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST*, de Bernardo Mançano Fernandes, Dagoberto Jose da Fonseca, Anderson Antonio da silva e Eduardo Paulon GiralDI, artigo que é uma síntese de estudos realizados entre os anos de 2002 e 2004.

A tese de doutorado, de Simone Maria de Souza, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Serviço Social, no ano de 2009, parte da seguinte afirmação, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras. (SOUZA, 2009, p.11).

Ao tecer tal afirmativa, a autora justifica sua pesquisa com recorte racial (e de gênero), tendo em vista a participação massiva da população negra, como sujeitos e protagonista desse movimento social, de luta pela terra.

Em sua investigação, Souza defende que o MST, ao abdicar do trabalho, enquanto característica essencial na luta socialista e não incorporar os conceitos de raça e gênero, no que cerne a divisão racial e sexual do trabalho, apresenta uma contradição em sua proposta emancipatoria. O silêncio em relação à raça e gênero, daria vazão para uma exploração da população negra no interior do movimento, em especial das mulheres negras. Fortalecendo dessa forma, o próprio modelo do capitalismo no Brasil. Nas palavras da autora,

O MST, ao abandonar o trabalho enquanto categoria central na luta socialista e priorizar a luta pela reforma agrária bem como defender o trabalho com base na família, que está sustentado pela divisão racial e sexual do trabalho, contribui para dar continuidade às bases de sustentação do capitalismo no Brasil, que são a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras. Por isso, 85% das mulheres e 65,6% dos homens trabalham no setor agropecuário sem receber remuneração. Estas relações de trabalho contribuem para que esteja sempre disponível ao capitalismo uma superpopulação relativa, constituída, em sua maioria, por trabalhadores e trabalhadoras negras.

Enquanto trabalhadores negros e trabalhadoras negras que compõem a superpopulação relativa, também, são proletários e proletárias porque trabalham como produtores de mercadoria e como assalariados e assalariadas, principalmente nos períodos de expansão capitalista. Daí porque esses trabalhadores e essas trabalhadoras são necessários/as para produção/reprodução do capitalismo brasileiro, são condição para a sua existência.

Isso acontece porque o MST não tem incorporado os debates sobre o trabalho, a divisão racial e sexual do trabalho e sobre as questões de raça e gênero. Em decorrência, as mulheres negras não participam da produção. E a não participação das mulheres negras tem feito o MST vivenciar contradições na produção (SOUZA, 2009, p.12-13).

Metodologicamente a autora utilizou da pesquisa documental, no que cerne a Além da pesquisa aos documentos, utilizou de observações diretas em reuniões da direção, do Encontro Estadual de Mulheres (PE), participação dos cursos de formação, perpetrados pelo setor de gênero do MST (PE) e acompanhou o XVIII Encontro Estadual do MST (PE), realizados nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Além da participação direta, um importante instrumento metodológico, utilizado para observar as discussões (contradições) do movimento no que concerne o gênero e a raça, foram a aplicação de cinco entrevistas semiestruturadas, realizadas com mulheres que compunham o setor de gênero do movimento. As entrevistas são importantes no desenrolar da pesquisa, pois demonstram as visões, percepções e posições de militantes/dirigentes sobre questões como raça, racismo e discriminação racial, na sociedade como um todo e internamente ao MST.

A conclusão que a autora chega é que, mesmo o MST reconhecendo o racismo, como uma questão social importante na sociedade brasileira, não leva em consideração que tais relações, estão também no interior do movimento, que pode reproduzir em suas práticas cotidianas as relações de raciais e de gênero assimétricas e opressoras (SOUZA, 2009).

O artigo, *A terra e os desterrados: o negro em movimento: um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST*, de Bernardo Mançano Fernandes, Dagoberto Jose da Fonseca, Anderson Antonio da Silva e Eduardo Paulon Giraldi, é o resultado de pesquisas efetuadas no período de 2002 a 2004. Tal investigação foi perpetrada pelo NERA⁶, com parceria com o NUPE⁷ e patrocinado pelo Programa Políticas da Cor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O objetivo da pesquisa foi pesquisar a participação da população negra, nos movimentos de luta pela terra, a partir do auto-reconhecimento e reconhecimento étnico-racial. A análise partiu do princípio, que as pesquisas referente a questão agrária no Brasil, não deram enfoque ao fato de que os sujeitos sociais, que protagonizam a luta nos movimentos sociais contemporâneos de luta pela terra, serem em sua grande maioria afro-descendentes (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007).

A proposta da pesquisa partiu de mudanças na própria dinâmica política do MST, que na primeira década do século XXI, vem aos poucos realizando uma leitura da desigual realidade brasileira, através de sua formação étnico-racial. Ou seja, movimento passa a compreender, que a luta por uma sociedade diferente, perpassa a adesão de intersecções conceituais, de classe, raça e gênero, categorias analítico-empíricas, que são constituintes das relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira. Como ressalta os autores do artigo, o MST e seus dirigentes,

(...) procuram nestes primeiros anos, do século XXI, fazer uma leitura política da realidade étnico-racial em seu interior, mesmo não abandonando as clássicas leituras que dicotomizam classe e raça, no Brasil. Eles estão superando os velhos jargões classistas a fim de dar um passo à frente em sua organização, juntando três categorias analíticas (classe, raça e gênero)... como partes simultâneas na luta política e econômica no Brasil e da disputa por projetos hegemônicos para o país (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.147).

Os resultados da pesquisa foram elucidadores. A investigação foi realizadas nas regiões, Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e sul do país, em quinze estados brasileiros em 1.451 assentamentos sobre coordenação do MST. Uma das informações importantes descoberta com a pesquisa, é que a maioria dos assentamentos pesquisados, é constituído de pessoas que se auto-afirmaram enquanto negros/as (55%).

⁶ Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

⁷ Núcleo Negro da UNESP.

Entretanto, no próprio artigo, os autores apontam uma série de lacunas, dúvidas e possibilidades de novas investigações, principalmente tendo em vista a dimensão do estudo e o pouco tempo para terminá-lo. Nesse contexto, a conclusão dos pesquisadores é bem categórica, ao apontar novas possibilidades de pesquisa sobre a temática racial, no interior do MST e de como tais investigações, seria de fundamental importância, tanto para o campo das relações raciais, quanto para própria proposta societária emancipatória, a qual o MST se propõe, como podemos constatar na conclusão do artigo,

Essa é uma das poucas pesquisas que relaciona a questão agrária com a identidade étnico-racial dos seus protagonistas, sobretudo aquelas vinculadas ao MST. Portanto, etnia, raça e terra são, também, questões estruturais no Brasil, particularmente quando verificamos que elas tornam grandes massas populacionais excluídas no Brasil, impossibilitando que a maior parte da população negra possa participar dignamente do desenvolvimento do país. Todavia, na luta pela terra, essas questões se encontram, mas ainda, não superadas mesmo com o protagonismo destes indivíduos e famílias que estão organizadas neste movimento socioterritorial que é o MST (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.158).

4- CONCLUSÃO

Como podemos ver no presente artigo, a um reentrante debate no interior da esquerda marxista e do movimento social negro, sobre as possibilidades (ou na) das pautas políticas dos respectivos movimentos. No que tange a questão racial dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, podemos observar a partir das pesquisas bibliográficas, leituras e reflexões aqui expostas, que é necessária a realização de novas pesquisas, que problematizem o complexo universo do debate racial, dentro das organizações da esquerda.

Nesse contexto, findaremos o presente artigo, com a fala de Ruanda, coordenadora do setor de gênero do MST (PE), uma das entrevistadas na pesquisa efetuada pela pesquisadora Simone Maria de Souza, que ilustra bem a conclusão central do presente artigo: a necessidade da discussão e de pesquisas voltadas para questão racial, no interior de organizações políticas de orientação marxista,

a gente quer acabar com tudo isso, mas até agora essa proposta... Essa palavra racismo, sempre foi comentada, foi trabalhada poucas vezes,

quase nada mesmo. Ainda não temos ainda, uma frente falando sobre racismo. Ainda não pra ter uma discussão mesmo. Já teve a nível nacional sobre o racismo, mas assim, pra vir para as áreas. Se tem em algum estado, é muito pouco ainda. (Ruanda, 55 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE (SOUZA, 2009, p.71).

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado: praticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP.** São Paulo: Editora Annablume, 2010.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo.** Retirado de: http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf. Acessado em: 03/09/2012.

CARNEIRO, Sueli. **A batalha de Durban.** Estudos feministas, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.** Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FURLIN, Neiva. **A questão de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as praticas de participação da mulher.** 4º Prêmio Construindo a igualdade de Gênero de 2009, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Ministério da Educação – MEC; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem.

GONÇALVES, Renata. **(Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST.** Mediações Londrinas, vol.14, n.2, 2009.

IANNI, Octavio; SILVA, Benedita da; SANTOS, Gevanilda Gomes; SANTOS, Luiz Alberto. **O negro e o socialismo.** São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e á escravidão.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando a África, volume 5).

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

PETRÔNIO, Domingues. **Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Revista Dimensões, vol.21, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 4.ed. 1987.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas?": as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SOUZA, Simone Maria de (2009). **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras**. Doutorado (em serviço social) - defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), PE.

STÉDILE, João Pedro e FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.